

Na fenomenologia de Edmund Husserl, as quarenta páginas de “A origem da geometria”, escrito em 1936 e publicado pela primeira vez em alemão em 1954, permaneceram de pouca relevância até que, em 1961, o filósofo Jacques Derrida dedicou seu doutorado ao pequeno texto de Husserl. Seus comentários, com a tradução do alemão para o francês, formam seu primeiro livro publicado (PUF, 1962), e uma das três obras explicitamente dedicadas a Husserl. Antes da Introdução, houve o mestrado (*Le problème de la genèse dans la philosophie de Husserl*, escrito em 1954, publicado pela primeira vez apenas em 1991) e depois foi a vez de “A voz e o fenômeno”, de 1967. A trilogia de leituras husserlianas configura um momento inicial na obra de Derrida, no qual a fenomenologia faz parte do seu arcabouço teórico para o debate sobre a linguagem que desagua em “Gramatologia” (1967) e permanece ao longo de todo o seu pensamento. No excerto aqui publicado, escolhemos um trecho em que Derrida debate com Husserl o problema da exigência de uma univocidade da linguagem da ciência, condição de transmissão da verdade. A equivocidade, dirá Husserl, é o caminho para toda aberração filosófica, e a “univocidade é a condição de uma comunicação entre as gerações e os pesquisadores, não importa a que distância. Ela garante a exatidão da tradução e a pureza da tradição.” Derrida toma a proposição como ponto de partida para pensar a impossibilidade de eliminar a equivocidade da linguagem e para questionar uma historicidade pura, orientada a partir de uma origem e em direção a um *telos*, garantidora da transmissão do sentido puro. É, de certa forma, a continuação de uma questão iniciada no mestrado – questionar a história da filosofia e a filosofia da história, com seus ideais de origem e finalidade – e o início de um tema que marcará o pensamento da desconstrução como uma tomada de posição contra a origem como fundação e a finalidade como destino ou progresso.

Excerto de Introdução à *Origem da geometria* de Husserl

de Jacques Derrida¹

Tradução de Carla Rodrigues (PPGF/UFRJ e Faperj)

Recebido em 08/01/2018

Aceito em 29/01/2018

Já nas *Recherches Logiques*², Husserl havia reconhecido a importância e o difícil significado da escrita como meio, que ele esclarece mais diretamente em *A Origem da Geometria*.³ A dificuldade da descrição se mantém aqui nisso que a escrita acusa e alcança a ambiguidade de toda linguagem. Movimento de incorporabilidade essencial e constituinte, é também o lugar da incorporação fática e contingente para todo objeto absolutamente ideal, quer dizer para a verdade; esta, inversamente, tem sua origem em um direito puro à palavra e à escrita, mas uma vez constituída, ela condiciona, por seu turno, a expressão como um fato empírico. Ela depende da pura possibilidade do dizer e do escrever, mas é independente do dito e do escrito, na medida em que eles estão no mundo. Se é, portanto, na linguagem que a verdade sofre de uma certa instabilidade, sua decadência será menos uma queda em direção à linguagem do que uma degradação no interior da linguagem.

Na verdade, assim que – como está prescrito – o sentido é recolhido em um signo⁴, este se torna a morada mundana e exposta de uma verdade não pensada. Nós o vimos bem: que esta verdade possa perdurar assim, sem ser pensada em ato ou em fato, está aí, ao olhar de toda subjetividade empírica, de toda via fática, de todo mundo real, o que a emancipa radicalmente. Ao mesmo tempo, o ser-em-comunidade da humanidade “ultrapassa uma nova etapa” (OG⁵, p. 186): a verdade pode, de fato, aparecer como comunidade transcendental. O ato de escrita autêntica é uma redução transcendental operada por e em direção ao nós. Mas posto

- 1 NT. Esta tradução faz parte do projeto de pesquisa “Contribuições para a recepção da filosofia de Jacques Derrida no Brasil”, Chamada Universal MCTI/CNPq N° 14/2014, cujo objetivo é ampliar a leitura e fomentar a recepção do pensamento da desconstrução no âmbito filosófico brasileiro. O trabalho reúne os laboratórios de pesquisa “Khôra - filosofias da alteridade” (UFRJ/CNPq), “Escritas - filosofia, gênero e psicanálise” (UFRJ/CNPq), “Núcleo em Ética e Política Contemporâneas” (UFU/CNPq) e “Filosofia Contemporânea: questões ético-políticas, estéticas e epistemológicas” (UERJ/CNPq). Agradeço ao professor Fernando Rodrigues (PPGF/IFCS/UFRJ) a partilha de um curso (2016) sobre *A Origem da Geometria*, texto de Husserl que anima as questões postas por Derrida, sem o qual essa tradução não existiria.
- 2 NT. Foram mantidos os títulos dos livros e textos originais citados por Derrida, seja quando ele se refere a traduções de Husserl para o francês, seja quando se vale do original alemão. Foram mantidas, portanto, as indicações bibliográficas para os textos mencionados por Derrida. A única exceção é justamente *A Origem da Geometria* de Husserl, cujo título será mantido em português e referido à tradução francesa de Derrida, na edição publicada em primeira edição pela PUF em 1962 e em sexta edição em 2010. É desta sexta edição que a presente tradução da Introdução se vale, e é parte do §VII do texto.
- 3 “A ciência não tem existência objetiva senão na sua bibliografia, senão sob a forma de obras escritas que a ciência encontra uma existência própria, embora rica em relações com o homem e suas funções intelectuais; é sob essa forma que a ciência se perpetua através de milênios e sobrevive aos indivíduos, às gerações e às nações. A ciência representa assim um total de dispositivos extrínsecos que, tal como eles resultam em atos de conhecimento de numerosos indivíduos, podem passar em atos idênticos de inumeráveis outros indivíduos segundo um modo que é fácil de compreender, mas não de descrever exatamente sem ser prolixo.” Grifo nosso. Nesse nível de análise, que deve, sobretudo, liberar a autonomia objetiva das significações, trata-se de “dispositivos extrínsecos”: exemplares sensíveis que não dependem nem da idealidade do sentido, nem da intenção clara do conhecimento. Mas isso não interdita nem contradiz em nada o tema ulterior da escrita como possibilidade e como condição intrínseca dos atos de conhecimento objetivo. “A origem” mantém esses dois temas. Essa é a dificuldade que nos esforçaremos de esclarecer aqui.
- 4 Tomamos essa palavra no sentido amplo de signo-significante ou signo-expressão (gráfica ou vocal) na acepção que Husserl dá a esse termo em oposição ao signo indicativo (RL, T.II, R, I, §§ I a 5, pp. 29-38). Poder-se-ia, a partir dessa distinção, interpretar o fenômeno da crise – que remete sempre, para Husserl, a uma doença da linguagem – como uma degradação do signo-expressão em signo-índice, de uma visada “clara” (klar) em um símbolo vazio.
- 5 NT. *A Origem da Geometria*, de Husserl, tradução de Derrida, doravante referido como OG.

que, para escapar da mundanidade, o sentido deve primeiro poder se recolher no mundo e se depositar no espaço-temporal sensível, é preciso comprometer sua pura idealidade intencional, quer dizer, seu sentido de verdade. Vê-se assim aparecer, em uma filosofia que, ao menos por algumas razões, é contrária ao empirismo, uma possibilidade que, até aqui, estaria de acordo com o empirismo e com a não-filosofia: o desaparecimento da verdade. É intencionalmente que usamos a palavra ambígua “desaparecimento”. Isso que desaparece é o que se esvazia, mas também que cessa de aparecer de fato, de forma intermitente ou definitiva, sem ser, no entanto, afetado em seu ser ou em seu sentido de ser. Determinar o sentido desse desaparecimento da verdade, aí está o mais difícil dos problemas postos por *A origem da geometria* e por toda filosofia husserliana da história. Não nos parece possível encontrar em Husserl uma resposta inequívoca a uma questão que só faz retornar à fenomenologia: qual é o sentido de aparecer? Esse equívoco vai revelar, por sua vez, o quanto o autor de *Krisis* era estranho à história, incapaz de levá-la fundamentalmente a sério, e até que ponto, no mesmo momento, ele se esforça para respeitar a significação e a possibilidade originais da historicidade e, na verdade, penetrá-las profundamente.

Qual é então essa possibilidade de desaparecimento?

1. Primeiro, afastemos a hipótese de uma morte do sentido em geral no interior da consciência individual. Em *A origem da geometria* e em outros lugares ⁶, Husserl define bem que, se o sentido apareceu uma vez na consciência egológica, sua aniquilação total torna-se impossível. O apagamento das retenções não reenvia ao nada um sentido que é conservado como hábito sedimentado, e cuja potencialidade adormecida pode ser, por direito, reativada. “Isso que se chama de inconsciente” e de “subsolo universal”, onde o sentido se deposita, não são “nada menos que um nada fenomenológico, mas...um modo limite da consciência”.⁷ Está claro que nesse tipo de análise, sobre a qual já pesam dificuldades perigosas, Husserl só se liga à permanência virtual do sentido no interior do sujeito monádico, e não à objetividade absolutamente ideal do sentido, tal qual ela é conquistada, pela fala e pela escrita, sobre essa subjetividade. Ora, é essa objetividade que se encontra ameaçada como verdade no mundo. A profundidade do esquecimento se estende, portanto, aos espaços de intersubjetividade e à distância das comunidades. O esquecimento é uma categoria histórica.⁸

2. O signo gráfico, garantia da objetividade, pode também se deteriorar de fato. Esse perigo é inerente à mundanidade fática da inscrição ela mesma, e nada pode preservá-la definitivamente. Em tal caso, se poderia primeiro pensar que o sentido, não sendo para Husserl nem um em-si nem uma pura interioridade espiritual mas, de parte a parte, “objeto”, o esquecimento que se seguiria à destruição do signo garantidor da objetividade não passaria à superfície de um sentido que não se reduziria, como em um “platonismo” ou em um “bergsonismo”. Ele não apenas o dissimularia, ele destruiria o ser-no-mundo específico no qual se confiou a sua objetividade. Husserl o diz bem: é na medida em que os signos podem ser imediatamente perceptíveis por todo mundo em sua corporeidade; é na medida em que os corpos e as formas corporais já estão sempre em um horizonte de intersubjetividade, que se pode aí consignar o sentido e colocá-lo em comunidade. A exterioridade corporal não constitui o signo como tal, sem dúvida, mas em um sentido que, é preciso esclarecer, lhe é indispensável.

Entretanto, a hipótese de tal destruição fática não interessa em nada a Husserl. Reconhecendo a terrificante realidade do risco corrido, ele lhe negaria toda significação pensável, quer dizer, filosófica. Sem dúvida ele concordará que uma conflagração universal, um incêndio da biblioteca mundial, uma catástrofe do monumento ou do “documento” em geral devastaria intrinsecamente as idealidades culturais “concatena-

6 Em *Idées...I, Erfahrung und Urteil*, mas sobretudo em *Logique formelle et logique transcendente*, em termos que são literalmente retomados em *A Origem da Geometria* (em particular no Apêndice II, §2 c, pp. 412-413)

7 Ibid. Sobre a ingenuidade das problemáticas clássicas do inconsciente e sobre a questão de saber se uma análise intencional pode abrir um acesso metódico ao inconsciente, ver *Krisis*, pp. 473-475.

8 O esquecimento é uma palavra que Husserl emprega raramente em *Krisis*: ele não a emprega nunca na primeira versão do texto de *A Origem da Geometria*, talvez porque o termo esteja habitualmente relacionado muito facilmente à consciência individual ou a seu sentido psicológico; talvez também porque ele pode dar a pensar em uma aniquilação do sentido.

das”, das quais mais acima evocamos a noção⁹. Para sua aderência a qualquer facticidade, elas seriam, em seu sentido mesmo, vulneráveis ao acidente mundano. É só por elas que a morte é possível, e ela não tem significação transcendental sem que concordemos que, na medida em que a idealidade “concatenada” é animada ou atravessada por uma intenção transcendental, é guiada pelo telos de uma liberação absoluta que não foi plenamente alcançada. Mas como o que orienta a reflexão de Husserl é precisamente a idealidade plenamente liberada e a objetividade absoluta do sentido – tudo isso de que a matemática é o modelo –, se pode afastar da ameaça de uma destruição intrínseca pelo corpo do signo. Todos os escritos fáticos, nos quais a verdade pôde se sedimentar, não serão nunca outra coisa senão “exemplares” sensíveis, eventos individuais no espaço e no tempo (o que não é verdade senão um certo nível para as idealidades “concatenadas”). A verdade não dependendo essencialmente de nenhum dos dois, eles poderiam todos ser destruídos sem que a idealidade absoluta, em seu sentido mesmo, seja alcançada. Sem dúvida ela será modificada, mutilada, abalada de fato, talvez ela desaparecesse de fato da superfície do mundo, mas seu sentido-de-ser da verdade, que não está no mundo – nem nesse mundo aqui, nem em outro – restaria em si mesmo intacto. Ele guardaria sua própria historicidade intrínseca, seus próprios concatenamentos, e a catástrofe da história mundana lhe restaria exterior. É o que Husserl quer dizer quando opõe a historicidade interna ou intrínseca (*innere*) à historicidade externa (*aussere*). Essa distinção, cujo sentido é apenas fenomenológico, é decisiva.¹⁰ Seria inútil lhe opor que a historicidade ou o ser-na-história é precisamente a possibilidade de ser intrinsecamente exposto ao extrínseco, pois agora faltaria à historicidade absolutamente própria o sentido da verdade, e seu discurso se afundaria na confusão das significações e das regiões. Seria admissível que uma idealidade pura pudesse ser modificada por uma causa real, o que é perder o sentido. Se a geometria é verdadeira, sua história interna deve se salvar integralmente de toda violência sensível. Não estando ligada nem a esse momento aqui, nem a esse território aqui, nem a esse mundo aqui, mas ao todo-do-mundo (*Weltall*), nada se oporia jamais a isso que as experiências mundanas encarnadas fossem recomeçadas em algum lugar, descobrindo de novo, sem rastros, em uma história verdadeira, depois do sepultamento desse mundo aqui, os caminhos de uma aventura enterrada. Na perspectiva da *veritas aeterna*, cuja historicidade própria Husserl quer capturar – e da qual ele fala com frequência cada vez maior, conforme seu pensamento se deixa conquistar pela história –, nenhum devir verdadeiro tem outro interesse a seus olhos do que aquele do exemplo variável. A hipótese da catástrofe mundial poderia mesmo servir nesse sentido de ficção reveladora.

Dever-se-ia então poder repetir analogamente a famosa análise do parágrafo 49 de *Idées...I*¹¹, que concluía pela intangibilidade da consciência pura, depois de certa redução eidética-transcendental, no caso de uma aniquilação do mundo existente ou da dissipação da experiência fática “em simulacros por força de conflitos internos”. Husserl não contestava, nesse caso, que toda consciência seria de fato destruída e, na sua existência mundana, seria engolida com o mundo. É mesmo a intenção mais clara dessa análise e dessa ficção: explicitar uma redução que deve revelar a relatividade essencial do sentido do mundo, como totalidade das regiões, à *UR-Region*¹² da consciência transcendental. Essa podendo sempre, com toda liberdade, modificar ou suspender a tese de cada, portanto de toda existência contingente, ela é de direito, em seu sentido, absolutamente independente do olhar da totalidade do mundo. A situação da verdade, em particular da verdade da geometria, é análoga. Ela levanta, portanto, as mesmas questões.

Pode-se, de fato, se perguntar se essa independência eidética, posta em questão por uma ficção, por um

9 NT. Derrida se refere a uma parte anterior do texto que não consta dessa tradução

10 A oposição entre a penetração intrínseca e a circunscrição extrínseca já está anunciada em *Idées...I*, precisamente no sujeito da história da geometria. Husserl ali mostra como o empirismo psicologista ou historicista permanece “ao exterior do pensamento e da intuição geométrica”, é preciso então “entrar vitalmente” nela para “determinar o sentido imanente” (§ 25, p. 81). Uma vez a história externa “reduzida”, nada se opõe a isso que o sentido imanente tem na sua historicidade própria. A oposição entre as duas histórias é um tema explícito em *Krisis* (ver, por exemplo, §7, p. 16, e §p. 72), em *La philosophie comme prise de conscience de l'humanité* (editado por W. Biemel com tradução de Paul Ricoeur, em Deucalion, 3, p. 124) e, sobretudo, em OG.

11 P. 160. O movimento é retomado em *Méditations cartésiennes*, §7, pp. 14-15.

12 NT. Derrida manteve o termo alemão. Na nota 1 da página 19 do texto original, Derrida escreve: “‘Primeiro’ (*erste*), em Husserl, designa quase sempre seja uma primazia indeterminada, seja, com maior frequência, uma prioridade cronológica de fato no tempo cósmico constituído, quer dizer, uma facticidade original. Proto-, *Arche*, *UR*, remetem à originariedade fenomenológica, aquela do sentido, do fundamento, do direito, depois da redução de toda facticidade”

idealismo metodológico, vale para além do momento das *Idées...I*; quer dizer quando a redução eidética-transcendental ainda não alcança sua última radicalidade e imobiliza provisoriamente uma região. A região da consciência pura é, de fato, o “resíduo” de um “por fora do circuito”, que resta ainda mais eidético do que transcendental, que não é senão a mais profunda das reduções eidéticas, tendendo a descobrir as estruturas essenciais da proto-região, constituinte ao olhar do mundo, mas constituído, ele mesmo, do qual Husserl dirá que ela não é a “última palavra” da regressão transcendental.¹³ Husserl teria julgado essa ficção válida no momento em que ele estudava, nas *Méditations cartésiennes*, por exemplo, a constituição genética do ego, na “unidade” de sua “história”?¹⁴ Em certo sentido, pode-se afirmar que sim. Pela hipótese solipsista que se instala primeiro nas *Méditations*, se considera ainda a consciência pura como isso que não pode penetrar em nenhuma facticidade mundana enquanto tal, como “um sistema de ser fechado sobre si”.¹⁵ Sem dúvida, a sedimentação intra-egológica, as evidências potenciais, os “resíduos” e os “reenvios” que essa “história” torna necessários não são mais do que uma trama de sentidos. Mas eles não são também, pela imprescindibilidade, irreversibilidade, invariabilidade de suas concatenações, “fatos”, estruturas fáticas, em relação as quais a consciência pura não seria mais livre? Essas estruturas sedimentárias poderiam sobreviver de direito ao aniquilamento, ao abalo, em uma palavra, à “variação” total da facticidade? Não seriam elas marcadas, enquanto sentido, por certa ordem do mundo fático a qual é ligada, nas concatenações próprias, a consciência passada, estruturalmente implicada em toda consciência presente?

Husserl provavelmente replicaria que se considere, então, na vida do ego, as estruturas fáticas, quer dizer, “concatenadas” a qualquer contingência redutível e não as estruturas essenciais reduzidas à sua pura idealidade. A “unidade da história” do ego é aquela do eidos do “ego”. O que é independente, o que a descrição husserliana visa, é a forma essencial de toda concatenação, de toda sedimentação, portanto de toda história para todo ego. No interior dessa forma de historicidade que se quer entender como invariante, todas as concatenações facto-históricas são variáveis à vontade.

Da mesma forma, as concatenações e as sedimentações da verdade geométrica sendo liberadas de toda facticidade, nenhuma catástrofe mundana pode colocá-la, ela mesma, em perigo. Todo perigo fático para, portanto, sobre o solo de sua historicidade interna. Mesmo se todos os “documentos” geométricos – e também todos os geômetras verdadeiros – vierem a desaparecer um dia, falar como de um evento “da” geometria seria cometer a mais grave das confusões de sentido e abdicar da responsabilidade de todo discurso rigoroso. Não se pode retornar sobre todas essas evidências sem fazer do sensível o fundamento da verdade geométrica, portanto sem colocar em causa o sentido da geometria constituído como ciência eidética. Ora, esse sentido foi fixado com toda segurança nessas análises estáticas, havíamos visto mais acima que elas eram a proteção indispensável de toda fenomenologia genética ou histórica.

3. Estaríamos plenamente convencidos se aqui a escrita fosse considerada por Husserl – como nas análises estáticas – enquanto um fenômeno sensível. Mas acabamos de aprender que a escrita, enquanto fundava ou contribuía para fundar a objetividade absoluta da verdade, não era simplesmente um corpo sensível constituído (*Körper*), mas também um corpo próprio (*Leib*) constituinte, a originariedade intencional de um aqui-agora da verdade? Se ela for ao mesmo tempo evento fático e surgimento de sentido, se ela for ao mesmo tempo *Körper* e *Leib*, como ela salva a *Leiblichkeit* de um desastre corporal? Husserl não vai imobilizar sua análise nessa ambigüidade, que não é, a seus olhos, mais do que uma confusão provisória e fática das regiões. O fenomenólogo deve dissipá-la se não quiser se resignar ao equívoco, escolher o silêncio, ou precipitar a fenomenologia na filosofia. Husserl mantém então a análise dissociativa e desarticula a ambigüidade. Para capturar a natureza do perigo que ameaça a verdade ela-mesma, em sua fala ou em sua escrita constituintes, para não sair da historicidade “interna”, ele vai perseguir a intenção da escrita ou da leitura, nela mesma e na sua pureza; ele vai isolar em uma nova redução o ato intencional que constitui o *Körper* e o *Leib* e o mantém na *Leiblichkeit*, no seu sentido vivo de verdade. Tal análise não mais necessita do *Körper* enquanto tal. É na dimensão intencional do corpo próprio animado, do *geistige Leiblichkeit*, mais precisamente no *Geistigkeit*

13 Ibid., §81, p. 274. Essa primeiras reduções conduzem ao “solo da fenomenologia” (ibid, §88, p. 303)

14 Já citado. Sobre esse tema, ver também LFT, Apêndice II, §2 b, p. 410.

15 *Idées I*, § 49, p. 163.

do *Leib*, na exclusão de toda corporeidade fática, que o sentido é intrinsecamente ameaçado. Ainda que na palavra, *Köper e Leib*, corpo e carne, sejam numericamente, de fato, um único e mesmo ente, seus sentidos são definitivamente heterogêneos e nada pode vir de um para o outro. O esquecimento da verdade ela mesma não será nunca outra coisa senão o fracasso de um ato e a abdicação de uma responsabilidade, uma falha mais do que um derrota. Só se poderia convocá-lo pessoalmente a partir de uma história intencional.

Desse momento em diante, se ele permanece, enquanto desaparecimento da verdade intersubjetiva e, como nós dissemos mais acima, uma categoria histórica, o esquecimento pode, contudo, ser descrito como um fenômeno do ego, como uma de suas “modificações” intencionais. Enquanto sentido intencional, tudo não pode e não deve ser descrito senão como uma modificação do ego puro, na condição de respeitar prudentemente o sentido de cada modificação, como Husserl tenta fazer, por exemplo, a propósito da constituição difícil do alter ego. Vê-se também que, pela mesma razão, o esquecimento não será nunca radical, por mais profundo que ele seja, e o sentido poderá sempre ser – a princípio e por direito – reativado.

Em *Logique formelle et logique transcendentale*, depois em *Krisis*, a objetivação linguística e a simbolização matemática estavam presentes como a ocasião da alienação técnica e objetivista, que degradariam a ciência em uma arte ou um jogo.¹⁶ A acusação, repetida em OG, é especialmente dirigida contra o ensino metodológico e operador das matemáticas. Aprende-se a se servir dos signos cujo sentido originário – que não é o sentido lógico sempre sedimentado e acessível a uma elucidação –, se dissimula, se potencializa sob as sedimentações. Estas, que não são outra coisa senão as intenções e os sentidos intencionais postos em repouso, não se superpõem apenas no devir interno do sentido, mas se implicam em sua totalidade, mais ou menos virtualmente, a cada etapa ou a cada estágio (a noção de “*Stufe*”, que tem, em “A origem da geometria”, um sentido ao mesmo tempo estrutural e genético, pode muito bem se traduzir por “estágio” ou “etapa”). A imagem geológica da “sedimentação” traduz notavelmente o estilo dessa implicação. Ela reúne – virtualmente também – a imagem do nível, da camada que uma invasão ou uma progressão depositam após a novidade radical de uma irrupção ou de uma explosão: todo avanço, toda proposição (*Satz*) de um sentido novo é ao mesmo tempo um salto (*Satz*) e uma recaída sedimentada (*satzartig*) do sentido; imagem também de uma permanência substancial disso que é em seguida suposto, disso que se assenta sob a aparência da evidência atual; imagem da presença dissimulada que um atividade minuciosa pode sempre re-produzir em dia como a fundação, ela mesma fundada, de estratificações superiores; tudo isso na unidade estrutural e interna de um sistema, de uma “região” na qual todo os depósitos, solidários mas distintos, são na origem comandados por uma arqui-tetônica.

Diante do sentido sedimentado, o primeiro perigo é o da passividade. Em “A origem da geometria”, Husserl insiste mais sobre a acolhida receptiva dos signos – em primeiro lugar na leitura – do que sobre a atividade técnica ou lógica de segundo grau que, não somente não é contraditória com essa primeira passividade, mas a supõe ao contrário. No seu primeiro momento, a síntese que ajusta o signo à significação é de fato necessariamente passiva e associativa.¹⁷ A possibilidade de se abandonar essa primeira expectativa do sentido é um perigo permanente. Mas só uma liberdade pode se deixar ameaçar assim; somos sempre livres de despertar o sentido passivamente recebido, de reanimar todas as suas virtualidades e de convertê-las de volta, na “atividade correspondente” (OG, p. 168). Essa liberdade é a “faculdade de reativação, originariamente própria a todo homem enquanto ser falante” (OG, p. 168). Por essa reativação que, define Husserl, não é “de

16 Em particular, ver *Krisis*, §9. Sobre os “signos desprovidos de significação” e “a significação em jogo”, ver *Recherches Logiques*, T. II, §20, pp. 79-82. Sobre os vocábulos e os signos reais como “portadores” das idealidades significadas, ver *Erfahrung und Urteil*, §65, pp. 322-323.

17 Esse tema da síntese passiva é abundantemente explicitado em *Erfahrung und Urteil* e nas *Méditations cartésiennes*; mas é uma vez mais nas LFT que ele é particularmente orientado, com em “A origem da geometria”, pelo problema do signo e da sedimentação das objetividades ideais. Em particular, no Apêndice II, pp. 407-422. Sobre o sentido das atividades e das passividades em uma fenomenologia da leitura, tal qual é esboçado em OG, ver também LFT, §16, pp. 79-85.

É claro que os temas da passividade e da sedimentação, quer dizer da potencialidade do sentido, mantém toda sua gravidade disso que é imposto a uma filosofia da evidência atual, cujo “princípio dos princípios” é a presença imediata e em ato do sentido mesmo. Se a reativação é preciosa e urgente, é porque ela pode reconduzir à evidência atual e ativa um sentido que se recupera assim sobre a virtualidade histórica. Se, em aparência, a fenomenologia se deixou convocar fora dela mesma pela história, ela também procurou na reativação o médium de sua fidelidade.

fato” a “norma”, e sem a qual certa compreensão é sempre possível, re-produzo ativamente a evidência originária; me torno plenamente responsável e consciente do sentido que controlo. A *Reaktivierung* é, no domínio das objetividades ideais, o ato mesmo de toda *Verantwortung* e toda *Besinnung*, nos sentidos definidos mais acima. Ela permite tornar vivo, sob as camadas sedimentadas das aquisições linguísticas e culturais, o sentido nu da evidência fundadora. Esse sentido é reativado quando o restituo à sua dependência ao olhar do meu ato e o reproduzo em mim tal qual ele foi pela primeira vez produzido pelo outro. É claro que a atividade da reativação é secundária. O que ela me traz é a intuição doadora originária, aquela da formação geométrica, por exemplo, que é por sua vez uma atividade e uma passividade. Se é a atividade que se encontra, sobretudo, esclarecida aqui, é sem dúvida porque a evidência considerada é a das formações ideais criadas e fundadas.¹⁸

A responsabilidade da reativação é uma co-responsabilidade. Ela engaja aquele que recebe, mas também e em primeiro lugar aquele que cria, depois expressa o sentido. Pois as sedimentações não obliteram o sentido senão na medida em que as superfícies lhes foram abandonadas. A equivocidade da expressão é o terreno de escolha dos depósitos sedimentários. É por essa razão que o geômetro proto-fundador e aqueles que lhe sucedem devem ser

ciosos da univocidade da expressão linguística e de garantir os produtos exprimíveis de modo unívoco, graças a um acerto muito atento das palavras, das proposições e do encaimento das proposições (OG, p. 188).

Husserl nunca deixou de apelar ao imperativo da univocidade. A equivocidade é o caminho de toda aberração filosófica. É muito mais difícil não se precipitar aí onde o sentido da equivocidade em geral é ele mesmo equívoco. Há uma plurivocidade contingente e uma plurivocidade essencial. Elas já estão distintas nas “*Recherches*”¹⁹. A primeira tem uma convenção objetiva; assim a palavra “gato” (em alemão) significa ao mesmo tempo “uma espécie de animal” e “uma espécie de carvão (em uso nas minas).”²⁰ Essa plurivocidade não engana ninguém e somos sempre livres para reduzi-la.²¹ A segunda é de origem subjetiva, ela tem nas intenções originárias, nas experiências sempre novas que animam a identidade do sentido objetivo e as fazem entrar em configurações imprevisíveis. Essa plurivocidade não é “uma plurivocidade contingente”, mas “inevitável”, “que não se saberá eliminar das línguas por nenhuma disposição artificial nem por nenhuma convenção.”²²

18 Para tentar esclarecer esse ponto, seria necessário abordar diretamente e por ele mesmo o difícil e decisivo problema da atividade e da passividade em geral, na fenomenologia, a partir dos textos que lhe são diretamente consagrados (*Erfahrung und Urteil, Logique, Méditations cartésiennes*). Tal estudo deveria talvez concluir que a fenomenologia não fez mais do que debater exigentemente a respeito do sentido desse par de conceitos, ou se debater indefinidamente com ele, quer dizer, com a herança mais “irredutível”, e por isso mesmo, talvez, mais obscura da filosofia ocidental. Em uma das mais finas análises operadas sobre o conceito de passividade, e atividade, e de passividade na atividade, Husserl nota ainda que a distinção entre essas duas noções não pode ser “rígida”, e que é preciso cada vez “recriar” o sentido segundo “a situação concreta de análise”, isso “para todas as descrições dos fenômenos intencionais” (*Erfahrung und Urteil*, §23, p. 119).

19 *Recherches Logiques*, T. II, R. I, §26, p. 94.

20 Ibid.

21 Ibid. “É esta classe de expressões plurívocas, apresentadas nesse último exemplo, que se tem mais presente ao espírito quando se fala de equívoco. No que concerne a ela, a natureza da plurivocidade não é a de abalar nossa convicção da idealidade e da objetividade da significação. De fato, o exemplo não tem senão que limitar tal expressão a uma só significação e, em todo caso, a unidade ideal de cada uma das diferentes significações não é alcançada pelo fato contingente que elas estão ligadas a designações idênticas”.

O desenho da univocidade supõe, portanto, uma ruptura decisiva com a linguagem espontânea, com a “linguagem civil” de que fala Leibniz; depois de quem a “linguagem filosófica” ou a linguagem “do saber” pode se dar livremente suas próprias convenções. A frase que viemos de citar não soa como eco fiel de outra frase dos *Nouveaux Essais*, bem conhecidos de Husserl, e no qual ele diz, pela voz de Teófilo: “... depende de nós fixar as significações ao menos em alguma língua de saber e com ela concordar a fim de destruir essa torre de Babel?” (livro III, capítulo IX, §9). Esse otimismo não é outra coisa senão uma das afinidades entre as filosofias leibzinianas e o husserlianismo da linguagem. De uma maneira ainda mais ampla, Husserl, em outro lugar, sentia muito cedo a herança de uma concepção leibzeniana da lógica em geral. Notadamente em *Recherches Logiques*, I, § 60, p. 238 e sequência.

22 Ibid.

É, entretanto, essa última equivocidade que a ciência e a filosofia devem superar. Ela só é “inevitável” na linguagem natural, quer dizer, no fenômeno factó-cultural precedente à redução. Que Husserl tenha tanto a reduzir, no sentido, o equívoco da ingenuidade cultural, isso revela uma preocupação que se poderá muito bem interpretar, uma vez mais, tanto como uma recusa da história quanto como uma fidelidade profunda ao sentido puro da historicidade. Por um lado, de fato, a univocidade subtrai a verdade à história. A expressão unívoca faz totalmente superfície e não oferece nenhuma dobra às significações mais ou menos virtuais que as intenções aí poderiam depositar ao longo dos caminhos de uma língua e de uma cultura. Compreende-se assim que o processo de equivocidade seja sempre associado por Husserl a uma crítica da profundidade.²³ Porque ela dá a ver em uma evidência atual, porque nada se esconde ou não se anuncia na penumbra das intenções em potência, porque há toda a matriz dinâmica do sentido, a linguagem unívoca resta a mesma. Ela preserva assim sua identidade ideal através de todo o devir da cultura. A univocidade é a condição de uma comunicação entre as gerações e os pesquisadores, não importa a que distância. Ela garante a exatidão²⁴ da tradução e a pureza da tradição. É dizer que no momento mesmo em que ela subtrai o sentido à modificação histórica, ela só torna possível, por outro lado, uma história pura como transmissão e recolhimento do sentido. Ela é apenas o índice de limpidez do éter histórico. Uma vez mais, a exigência da univocidade, formulada por Husserl antes da prática das reduções, não é, portanto, senão a redução da história empírica em direção a uma história pura. Essa redução deve ser recomeçada indefinidamente, já que a linguagem não pode nem deve se manter sob a proteção da univocidade.

Se uma equivocidade radical interdita de fato a história, afundando-a nas riquezas noturnas e mal transmissíveis da idealidade “concatenada”, a univocidade absoluta não teria outra consequência senão a de esterilizar ou de paralisar a história na indigência de uma iteração indefinida. A equivocidade testemunha sempre certa profundidade do futuro e certa dissimulação do passado, tem-se diante dela, quando se quer assumir e interiorizar a memória de uma cultura, um tipo de *Erinnerung* (no sentido hegeliano)²⁵, a escolha entre duas tentativas. Uma pareceria com a de J. Joyce: repetir e retomar o controle da totalidade da equivocidade ela mesma, em uma linguagem que faz aflorar na maior sincronia possível a maior potência das intenções ocultas, acumuladas e entremeadas na alma de cada átomo linguístico, de cada vocábulo, de cada palavra, de cada proposição simples, pela totalidade das culturas mundanas, na maior genialidade de suas formas (mitologia, religião, ciência, artes, literatura, política, filosofia, etc); fazer aparecer a unidade estrutural da cultura empírica total no equívoco generalizado de uma escrita que não traduz mais uma língua na outra a partir de núcleos de sentidos comuns, mas circula através de todas as línguas de uma só vez, acumula suas energias, atualiza suas consonâncias mais secretas, descobre seus horizontes comuns mais distantes, cultiva as sínteses associativas ao invés de fugir delas, encontra o valor poético da passividade; em resumo, uma escrita que, em lugar de se colocar fora do jogo pelas aspas, em lugar de “reduzi-la”, se instala resolutamente no campo labiríntico da cultura “concatenada” por seus equívocos, a fim de percorrer e de conhecer de modo mais atual possível a mais profunda distância histórica possível. O outro polo é aquele de Husserl: reduzir ou empobrecer metodicamente a língua empírica até a transparência atual de seus elementos unívocos e traduzíveis, a fim de recapturar em sua fonte pura uma historicidade ou uma tradicionalidade que nenhuma totalidade histórica não me entregará, de fato, ela mesma, e que sempre já pressupõe toda repetição de uma

23 Sobre esse tema, ver sobretudo *La philosophie comme science rigoureuse* (trad. Q. Laqueur): “A profundidade é um sintoma do caos que a verdadeira ciência deve ordenar em um cosmo, em uma ordem simples, completamente clara e desenvolvida. A verdadeira ciência, tão distante que alcança sua doutrina real, ignora toda profundidade.” Husserl propõe então re-fixar (*einprägen*), por uma reavaliação das moedas, “as conjecturas da profundidade em suas formas racionais unívocas” e de “re-constituir”, assim, as ciências rigorosas. Da mesma forma, as críticas escritas nas margens de *Sein und Zeit* atribuem a uma *Tiefsinnigkeit* a responsabilidade do “deslocamento” heideggeriano em direção a isso que Husserl define como um plano factó-antropológico. Ao valor da profundidade, Husserl prefere então o da interioridade, que se liga à penetração do sentido interno, intrínseco (*inner*), quer dizer, essencial (*wesentlich*).

24 Exatidão e univocidade são, para Husserl, noções que se recobrem. A exatidão da expressão terá por condição a exatidão do sentido. A geometria – modelo das ciências cujos objetos são exatos – atenderia portanto mais facilmente à univocidade que as outras ciências, a fenomenologia em particular. Voltaremos a isso mais adiante. Sobre as relações entre exatidão e univocidade na geometria, ver também *Idée I* (§73, p. 235).

25 NT. Em Hegel, o termo tem um sentido de rememoração capaz de produzir dois movimentos aparentemente opostos – o de regressão e o de progressão – mas que levam ao progresso do Espírito.

odisseia do tipo da de Joyce, como por toda filosofia da história – no sentido corrente – e por toda fenomenologia do espírito. As essências das totalidades finitas, a tipologia das figuras do espírito, serão sempre idealidades concatenadas na história empírica. Essas só são tomados e só se confundem com o movimento da verdade pelo historicismo.²⁶

Mas, “paralelo” transcendental do projeto joyceano, o projeto husserliano conheceu a mesma relatividade. O primeiro, que procedia também de certo anti-historicismo e de uma vontade de “despertar do pesadelo da história” (Ulysses), de dominá-la em uma condensação total e atual, não podia ser bem sucedido senão fazendo sua parte na univocidade, seja perseguindo a univocidade dada, seja buscando produzir outra. Sem isso, o texto mesmo de sua repetição teria sido ininteligível; ao menos nunca teria permanecido para todo mundo. Da mesma forma, Husserl deve admitir na pura historicidade uma equivocidade irreduzível, enriquecedora e sempre renascente. A univocidade absoluta não é de fato imaginável senão nos dois casos limites. Primeiramente, se a coisa designada é não apenas um objeto absolutamente um, imutável e natural, mas um ente cuja unidade, identidade e objetividade seriam em si anteriores à cultura. Ora, a supor que tal coisa e que tal percepção existam, a intervenção da idealidade linguística, o projeto da univocidade, quer dizer o ato da linguagem ele mesmo instalariam a entrada do jogo em uma cultura, em uma rede de relações e de oposições linguísticas que alteraria a palavra com intenções ou reminiscências laterais e virtuais. A equivocidade é a marca congênita de toda cultura. Essa primeira hipótese de uma língua unívoca e natural é, portanto, absurda e contraditória.

Em segundo lugar, dá no mesmo se, no outro polo da linguagem, se deve designar um objeto absolutamente ideal? Dessa vez, a chance da univocidade não seria oferecida por um objeto pré-cultural, mas transcultural, o objeto geométrico por exemplo. A univocidade responderia, em todo caso, à vocação mesma da ciência. Husserl escreve:

Conforme a essência da ciência, conforme a essência da ciência, faz parte portanto da função de seus funcionários exigir em permanência ou ter a certeza pessoal de que tudo isso que é portado por eles à enunciação científica seja dito ‘de uma vez por todas’, que essa seja ‘estabelecida’, indefinidamente reproduzível na sua identidade, utilizável na evidência e aos fins teóricos e práticos ulteriores – enquanto que indubitavelmente reativável na identidade de seu sentido autêntico. (OG, p, 188-189).

Mas essa identidade do sentido, fundamento da univocidade e das condições da reativação, é sempre relativa porque se inscreve sempre no interior de um sistema móvel de relações e tem sua origem em um projeto de aquisição aberto ao infinito. Mesmo se essas relações são, no interior de uma ciência, relações de idealidades puras e de “verdades”, elas não dão menos lugar para colocar em perspectivas singulares as concatenações múltiplas do sentido, portanto de visadas mediatas e potenciais. Se a equivocidade é de fato sempre irreduzível, é porque as palavras e a linguagem em geral não são e não podem ser jamais os objetos absolutos.²⁷ Eles não têm identidade resistente e permanente que lhes seja absolutamente própria. Eles têm em seu ser de linguagem uma intenção que lhes atravessa como mediações. A “mesma” palavra é sempre “outra”, segundo os atos intencionais sempre diferentes que façam de uma palavra significante. Há um tipo de equivocidade pura aí que cresce no ritmo mesmo da ciência. Também Husserl define em nota que a enunciação científica, sem ser remetida em causa na verdade, permanece sempre provisória, e que “o conhecimento objetivo, absolutamente estabelecido, da verdade, é uma ideia infinita” (OG, p. 189). A univocidade absoluta é inacessível, mas como pode ser uma Ideia no sentido kantiano. Se a univocidade investigada por Husserl

26 O “hegelianismo” sempre foi associado por Husserl ao “romantismo” e ao historicismo, ao qual ele conduziu quando sua “fé” na “metafísica da história” se perdeu”. (ver em particular *La philosophie comme science rigoureuse*, p. 56). A expressão de *Weltanschauung* não foi primeiro lugar hegeliana? (sobre esse tema, ver Jean Hyppolite, *Genèse et structure de la Phénoménologie de l'Esprit*, II, p. 455).

27 É por essa razão, como notamos acima, que Husserl não poderia colocar em questão a objetividade ideal absoluta a propósito da linguagem, cuja idealidade é sempre aquela de um “índice temático” e não de um tema. Essa irreduzível mediatidade tornaria assim ilusória toda salvação prometida pela palavra e pela escrita elas mesmas.

e o equívoco generalizado por Joyce são de fato relativos, elas não o são, portanto, simetricamente. Pois seu *telos* comum, o valor positivo da univocidade, não se revela imediatamente senão na relatividade definida por Husserl. A univocidade é também o horizonte absoluto da equivocidade. Conferindo à univocidade o sentido de uma tarefa infinita, Husserl não faz dela, como nós poderíamos temer, o valor de uma linguagem subtraída à história por empobrecimento, mas a condição por sua vez apriorística e teleológica de toda historicidade. Sem ela, os equívocos da cultura e da história empíricas não seriam possíveis.

A problemática da univocidade repercute imediatamente sobre aquela da reativação. Seu esquema é o mesmo, pois sem uma transparência mínima da linguagem, nenhuma reativação seria imaginável. Mas se a univocidade é de fato sempre relativa e se ela só permite a redução de toda cultura empírica e de toda sedimentação, não se está no direito de duvidar da possibilidade de uma história pura do sentido? Muito depois de ter apresentado a faculdade da reativação, Husserl não deixa de colocar a grave questão de sua finitude. Em uma ciência como a geometria, cujo enriquecimento é extraordinário, é impossível que cada geômetra, a cada instante e a cada vez em que retoma sua tarefa, após as interrupções necessárias, opere uma reativação total e imediata da “cadeia prodigiosa das fundações até às arqui-premissas” (OG, p. 189). A necessidade dessas interrupções é uma necessidade fática (repouso, pausas profissionais, etc.), que não tem nenhum sentido na perspectiva da verdade geométrica, mas nem por isso é menos irreduzível.

Uma reativação total, mesmo se ela fosse possível, paralisaria a história interna da geometria, assim como certamente traria a impossibilidade radical de toda reativação. Husserl não se inquieta: uma recuperação total das origens não é aqui ainda senão um horizonte teleológico. Pois sob a necessidade extrínseca das interrupções da atividade geométrica se esconde também uma necessidade essencial e interna: nenhuma peça do edifício geométrico sendo independente, nenhuma reativação imediata é possível, em qualquer nível que seja. É por esta razão, ressalta Husserl, que o “poder, tanto individual quanto comunitário” da reativação, é de uma “evidente finitude” (OG, p. 193). A totalidade imediata seria sempre rejeitada.

A evidência dessa finitude e dessa necessária mediatidade poderia golpear de não-sentido todo o desenho de Husserl. Porque se ela é de fato irreduzível, essa finitude não deveria fornecer o verdadeiro ponto de partida de uma reflexão sobre a história? Sem essa dissimulação essencial das origens, e na hipótese de uma reativação toda-potente, o que seria a consciência da historicidade? Sem dúvida não seria mais nada se o acesso às origens lhe estiver radicalmente interdito. Mas não é preciso então, para que uma história tenha sua densidade própria, que a noite na qual são afundadas as “arqui-premissas”, se deixando penetrar sem jamais se dissipar, não é apenas o ato, mas o sentido fundador? E que o esquecimento “crítico” das origens não seja uma falta de rumo acidental, mas a sombra fiel ao movimento da verdade? A distinção entre o fato e o sentido (ou o direito) se apagaria na tomada de consciência de uma finitude originária.

Mas para Husserl, sabe-se, essa finitude não pode precisamente aparecer na sua originalidade e senão a partir da ideia de uma história infinita. Também, diante da finitude da reativação, Husserl não renuncia, suspeita-se, à orientação primeira de sua pesquisa. Ele reenvia o problema para depois e nos convida, com uma brevidade um tanto enigmática, a “observar” que existe uma “idealização, a saber, a liberação fora de seus limites e, de uma certa maneira, a infinitização de nosso poder” (OG, p. 193). Uma operação idealizante secundária vem então suspender o poder de reativação de sua finitude e lhe permite ultrapassar a ele mesmo; isso por um movimento análogo àquele pelo qual se constitui, por exemplo, a unidade do horizonte infinito do mundo, ou, para além da concatenação acabada das retenções e protensões, a evidência de uma unidade total do fluxo imanente, como Ideia no sentido kantiano²⁸; análogo, sobretudo, àquele que dá nascimento à exatidão ideal da geometria pela passagem ao limite infinito de uma intuição sensível finita e qualitativa. Na verdade, aqui mesmo, é a idealização geométrica que permite a infinitização do poder de reativação. Operando com o aspecto diáfano da idealidade pura, ele transgride facilmente, de direito, os limites que não são mais agora aqueles, insignificantes, da pura facticidade. Essa idealização, que tem como correlato uma Ideia infinita, intervém sempre de modo decisivo nos momentos difíceis da descrição husserliana. O estatuto fenomenológico de sua evidência permanece muito misterioso. A impossibilidade de determinar

28 CF, *Ideas...I*, em particular §83

adequadamente o conteúdo dessa Ideia não diminuía transparência racional de sua evidência (*Eisichtigkeit*), diz Husserl em *Idée... I*.²⁹ No entanto, a certeza disso que não pode jamais se presentificar imediatamente e como tal a uma intuição deveria colocar uma fenomenologia em graves problemas (semelhantes, por exemplo, aos da constituição do alter ego por uma intencionalidade irreduzivelmente mediata). Aqui nos remeteremos diretamente mais longe quando se tratar da produção da exatidão geométrica pela idealização. No ponto em que estamos, Husserl afasta provisoriamente a dificuldade: “A evidência original de uma tal idealização nos preocupa ainda”, escreve ele.

O poder de reativação deve, portanto, ser transmitido para que a ciência não decaia em uma “tradição que se torne vazia de sentido”. Na medida em que a ciência se afasta de seus começos e que suas super-estruturas lógicas se acumulam, as chances de uma tal transmissão diminuem, até o dia em que o poder venha a faltar. “Esta é, hélas, nossa situação, e a de todos os tempos modernos” (OG, p. 195). Os progressos da ciência podem continuar, agora que o sentido da origem está perdido. Mas a logicidade mesma dos gestos científicos, aprisionados na mediatidade, falha em um tipo de absurdo onírico e inumano. Platão, para quem a eternidade das essências não seria talvez outro nome de uma historicidade não empírica, não teria descrito essa situação? “A geometria e suas afins, vemos que, quanto ao Ser, apenas têm sonhos, que lhes é impossível ter uma visão real, enquanto se servirem de hipóteses que não chegam a tocar-lhes (*República*, VII, 533c). A questão que retorna, portanto, é saber urgente quem, por nós e para nós, despertará a ciência para o seu sentido originário, quer dizer, nós o sabemos, ao seu sentido final.

29 Ibid, p. 281. Traduzimos *Einsich* por “evidencia racional”.